

JEANE VIRGINIA ORRICO DA SILVA

A CRISE DO CACAU E OS IMPACTOS SOBRE A
ECONOMIA DA REGIÃO CACAUEIRA DA
BAHIA

SALVADOR
1995

JEANE VIRGINIA ORRICO DA SILVA

**A CRISE DO CACAU E OS IMPACTOS SOBRE A
ECONOMIA DA REGIÃO CACAUEIRA DA
BAHIA**

**Dissertação Apresentada para Obtenção do Grau de Bacharel
em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia.**

.ORIENTADOR: PROF. GUILHERME FURTADO LOPES

**SALVADOR
1995**

AGRADECIMENTOS

**A TODOS QUE DE FORMA DIRETA E
INDIRETA PARTICIPARAM E TORNARAM
POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTE
TRABALHO.**

SUMÁRIO

	LISTA DE TABELAS.....	04
1	<u>INTRODUÇÃO</u>	05
2	<u>A CRISE DO CACAU</u>	07
2.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	07
2.2	ELEMENTOS CAUSADORES.....	09
3	<u>OS IMPACTOS DA CRISE SOBRE A ECONOMIA LOCAL</u>	15
3.1	OS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	15
3.1.1	<u>A Participação do Cacau e Derivados na Arrecadação de ICMS do Estado</u>	17
3.1.2	<u>A Participação do Cacau e Derivados nas Exportações Baianas</u>	19
3.1.3	<u>O Desemprego na Lavoura Cacaueira</u>	23
3.1.4	<u>A Repercussão sobre a Questão Social</u>	24
3.2	OS ASPECTOS FINANCEIROS.....	26
3.2.1	<u>O Problema do Crédito</u>	26
3.2.2	<u>O Comportamento do Financiamento à Lavoura Cacaueira</u>	27
3.2.3	<u>O Endividamento da Cacaucultura</u>	29
3.3	OUTROS EFEITOS.....	31
4	<u>O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA REGIONAL ATRAVÉS DA REDEFINIÇÃO DA BASE ECONÔMICA</u>	32
4.1	O MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR.....	32
4.2	AS RELAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS SOB A ÓTICA DO MODELO: CASO DA REGIÃO CACAUEIRA.....	35
4.3	ALTERNATIVA A MONOCULTURA DO CACAU.....	37
4.4	A AGROINDÚSTRIA DO CACAU.....	40
5	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA NOS PAÍSES MAIORES PRODUTORES.....	07
Tabela 2. CONTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CACAU AO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1973/77 A 1988/92.....	09
Tabela 3. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE CACAU - 1972/73 A 1992/93	11
Tabela 1. ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO MERCADORIAS E SERVIÇOS LAVOURA CACAUEIRA DO ESTADO DA BAHIA - 1975 A 1994	18
Tabela 2. EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BAIANAS DE CACAU E DE DERIVADOS - 1970-1995	21
Tabela 3. MÉDIAS QUADRIANUAIS DE VALORES DE CRÉDITO RURAL CONTRATADAS PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO NA CACAUCULTURA BAIANA - 1977/80 A 1989/92.....	28
Tabela 1. INDICADORES DA EVOLUÇÃO DO TURISMO EM ILHÉUS - 1987 A 1991.....	39

de quebra e, conseqüentemente, utilização de um novo padrão de acumulação capaz de fomentar um desenvolvimento contínuo e auto-sustentado para a região, o que não foi possível com a cacauicultura.

2 A CRISE DO CACAU

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Na década de 70, a conjuntura internacional favorecia o mercado de cacau. Havia nesse período uma alta dos preços o que fez com que os países produtores implementassem uma política de expansão da produção.

A alta dos preços mundiais, principalmente a partir de 1973, estimulou um intenso movimento por parte dos países produtores à extensão da produção não só em áreas tradicionalmente cultivadas como também em novas fronteiras. É possível identificar o aparecimento de uma nova base produtora mundial - a Malásia e a Indonésia - que passam a ser responsáveis por cerca de 32% do acréscimo da produção entre o período de 1980/90, a partir dessa implementação da produção iniciada na década de 70.

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA NOS PAÍSES MAIORES PRODUTORES

(Unidade: mil ha)

Ano	Costa do Marfim	Brasil	Malásia	Indonésia
1969/70	603	417	5	--
1970/71	634	418	7	12
1971/72	661	420	12	13
1972/73	690	425	18	14
1973/74	718	432	23	15
1974/75	746	445	29	16
1975/76	835	458	35	18
1976/77	917	476	41	20
1977/78	1037	503	49	24
1978/79	1104	539	61	27
1979/80	1183	579	89	32
1980/81	1259	630	124	37
1981/82	1338	669	159	43
1982/83	1399	689	209	49
1983/84	1347	696	231	60
1984/85	1418	703	266	79
1985/86	1470	713	298	93
1986/87	1478	718	322	135
1987/88	1490	721	363	1
1988/89	1515	719	400	186
1989/90	1517	719	411	202
1990/91	1515	717	420	224

MENEZES, 1993, p. 36.

Os países considerados maiores produtores de cacau pertencem à nações em desenvolvimento. Assim, todo esse estímulo era justificado pois visava-se o aumento da geração de divisas através da exportação desse produto. (CAZORLA & MASCARENHAS, 1992, p.55).

Este crescimento da produção era facilitado via subsídios, crédito fácil e introdução de novas técnicas e insumos.

Assim podia-se verificar a existência dos fatores que influenciam o nível de produção de cacau que são: preço, área em produção, disponibilidade de recursos financeiros, condições climáticas adequadas, políticas de crédito e de câmbio favoráveis, entre outros. (ESTUDOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1994, p.17).

Mas essa política de implementação da produção foi feita de maneira descontrolada e desorganizada. Esse fato foi o que motivou a super oferta do produto no mercado mundial na década de 80/90, e conseqüentemente, a queda dos preços a nível mundial devido ao desequilíbrio entre oferta e demanda.

Esperava-se ainda que o Acordo Internacional do Cacau (ICCO) fosse capaz de manter os preços em equilíbrio através de um estoque regulador. Este acordo provou-se ineficaz quanto ao equilíbrio dos preços. Num período de sete anos, entre 1984 e 1991, o preço do cacau caiu em mais de 50%, sendo que em 1992, atinge-se o seu nível mais baixo dos últimos 15 anos.

No caso do Brasil, contribuiu também, a persistência do caráter artesanal da cultura; a política de diminuição dos subsídios agrícolas a partir de 1979, sendo praticamente extinguido em 1985; e até mesmo a escassez de recursos da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) impedindo novas pesquisas e auxílio a cacaucultura.

2.2 ELEMENTOS CAUSADORES

A crise atual da cacauicultura na Bahia, iniciada em 1987, vem reforçar o caráter dessa cultura como extremamente instável. Revendo uma parte da história do cacau, sobretudo as crises, podemos entender, em parte, os mecanismos que levam a cacauicultura a ter estes momentos de falência, abandono e até mesmo destruição da sua capacidade instalada, ressaltando também, o caráter de crescimento cíclico inerente às economias capitalistas.

Os principais elementos causadores dessa crise podem ser assim definidos: a super oferta do produto no mercado mundial (Tabela 2), crescendo os níveis do estoque mundial, e conseqüentemente a queda dos preços por sucessivos anos; elementos de ordem econômica, como as altas taxas de inflação com reflexos nos custos de produção, defasagem cambial, e alteração do crédito (será visto mais detalhadamente no capítulo 2); a forma tradicional de gerenciamento utilizado pelo produtor. Todos esses elementos causadores têm ainda como agravante o aparecimento da vassoura-de-bruxa a região, uma doença causada por fungos e que pode reduzir em até 90% a capacidade produtiva do cacauieiro.

TABELA 2

CONTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CACAU AO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1973/77 e 1988/92

País/Área	1973-77	1988-92	Diferença
Costa do Marfim	219	760	+541
Malásia	14	226	+212
Indonésia	3	124	+121
Brasil	235	351	+116
Gana	372	283	-109
Nigéria	210	150	-60
Equador	66	92	+26
Camarões	103	120	+17
Resto do Mundo	225	291	66
Total	1.447	2.377	+930

FONTE: CEPLAC, 1992.

A super oferta do produto no mercado mundial foi provocada pelo aparecimento de uma nova base produtora no cenário internacional, a Malásia e a Indonésia, provocando um acréscimo dos estoques, pois proporciona maior estabilidade

temporal à oferta mundial de cacau, e influenciando assim as sucessivas quedas de preços.

Para que se tenha uma melhor idéia do impacto que a inserção desses dois países causaram sobre os níveis de estoque, basta que se faça um comparativo entre dois períodos, a década de 70 e a década de 90. Em 1977/78, esses dois países, conjuntamente, produziam 25 mil toneladas, ou seja, 1,65% da produção mundial, sendo estimado para 1994/95 uma produção de 500 mil toneladas representando 20,37% da produção mundial. Deve ser ainda em considerado que a Indonésia, tem-se o conjunto: alta produtividade e baixo custo (PEIXINHO, 1995, p.3), tornando o produto originário deste país mais competitivo no mercado internacional, a nível de preços.

Em contradição com a super oferta mundial, a região cacauífera, na Bahia, apresenta quedas sucessivas nos níveis de sua produção, a partir do final da década de 80 e início da década de 90. De acordo com a CEPLAC, em 1992/93, 38% da capacidade produtiva não é utilizada comparando-se com o período 1980/81. A queda da produção entre 1987/91 foi ocasionada principalmente pelas irregularidades climáticas e aparecimento de doenças.

Fazendo-se um paralelo com a queda dos preços do cacau no mercado mundial, esta por si só já seria capaz de provocar alguns indícios de crise o que poderia certamente ser contornada com o aumento da produtividade local. A coincidência entre queda de preços, da produtividade e das safras, torna-se quase insuportável para o produtor. Ocorre então um agravante da recente crise, segundo Hartmann (1994), "safras pequenas a preços altos são suportáveis, como são preços baixos e safras boas. A "coincidência viciosa" ocorre quando o baixo preço se junta à safra escassa". Somando-se a essa "coincidência viciosa" o fato da lavoura cacauífera ter perdido 80% da sua rentabilidade, e ainda ter registrado um acréscimo dos seus custos, associados principalmente a fatores externos, pode-se ter uma noção exata da extensão dessa crise.

Todo esse superaquecimento da oferta tendo reflexos nos níveis de estoque provocou a intensa queda de preços no mercado mundial, como mostra a Tabela 3, sendo que em 1992 registram-se os níveis de preços mais baixos dos últimos 15 anos. Essa queda nos preços reforça ainda mais a perda da rentabilidade da lavoura cacauífera nos últimos anos.

TABELA 3

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE CACAU, 1972/73 - 1992/93

ANO	DES ¹ /TON	US\$/TON
1972/73	2388	1014
1973/74	2960	1455
1974/75	2414	1332
1975/76	2926	1656
1976/77	5989	3633
1977/78	4849	3283
1978/79	4575	3503
1979/80	3294	2826
1980/81	2420	2099
1981/82	2160	1867
1982/83	2267	1949
1983/84	2792	2412
1984/85	2593	2222
1985/86	2146	2149
1986/87	1795	2024
1987/88	1379	1706
1988/89	1081	1344
1989/90	902	1193
1990/91	828	1193
1991/92	800	900
1992/93	700	976

FONTE: OICC, 1993

Os elementos de ordem econômica estão associados às políticas econômicas adotadas pelo governo como programa de estabilização para o país. Dentre estes elementos podemos destacar a alteração do crédito rural, altas taxas de inflação e a defasagem cambial. Segundo Baiardi (1993), a alteração do crédito rural provocou além do desaparecimento de certas linhas de crédito que continham fortes subsídios, a cobrança de juros positivos no custeio e investimento. Como uma das características dessa crise cita-se a forte iliquidez financeira, tendo assim a necessidade de novos créditos e financiamentos, e esta política de alteração no crédito choca-se diretamente com a necessidade do produtor. Levando-se em consideração os outros componentes dessa crise, o que já torna o nível de inadimplência dos produtores relativamente alto, essas medidas provocam efeito agravante sobre a questão da dívida da lavoura cacauzeira.

¹DES=SDR₅. Moeda artificial criada em 1969, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para servir como um ativo de reserva monetária internacional suplementar. A unidade de valor de um SDR reflete o valor cambial das seguintes moedas: o dólar norte-americano; o marco alemão; o franco francês; o iene japonês; e a libra britânica.

As altas taxas de inflação provocam um efeito direto sobre os custos de produção, afetando significativamente a rentabilidade da lavoura, o que pode provocar um grande risco à continuidade desta atividade, dificultando a realização de novos investimentos e a recuperação da lavoura cacauera. (MENEZES, 1993, p.15)

A questão da defasagem cambial tem, por sua vez efeito sobre os preços, provocando também uma perda de rendimentos o que conseqüentemente reflete na questão da dívida e nas expectativas de novos investimentos.

Um outro elemento causador dessa crise é que está ligado a questão estrutural da mesma, diz respeito a forma tradicional de gerenciamento das fazendas pelo produtor. A conduta de gerenciamento do cacauicultor está diretamente ligada a questão da perda de produtividade, competitividade, desorganização do setor e sobretudo, na continuidade da monoeconomia, ou seja, a monocultura do cacau.

"o envelhecimento dos cacauais, a expansão da lavoura por terras não apropriadas e o sucateamento que tem levado à desorganização setorial, são na realidade, demonstrações da incapacidade gerencial e conduta absenteísta ou semi-extrativista, já que não ocorreram investimentos recuperadores ou de manutenção, quando a cotação da amêndoa no mercado internacional cobria os já elevados custos de produção". (BAIARDI, 1993, p.53).

No que diz respeito a monocultura do cacau, a manutenção desta é, portanto, associada ao caráter não inovador do produtor, segundo cita Baiardi (1993). No caso de crise, como a vivida atualmente, a monocultura demonstra o grau de dependência que existe na região com relação ao cacau. Não existe um programa, realmente desenvolvido, de diversificação das atividades econômicas e até mesmo uma verticalização da produção o que tornaria os cacauicultores e a região cacauera menos dependentes do mercado externo e certamente daria uma dinâmica maior com o desenvolvimento de um outro setor, diminuindo a dependência do setor primário que tem como característica a produção voltada para o mercado externo.

Último elemento aparecendo mais como um agravante da crise, e não como causa primária da mesma, a vassoura-de-bruxa assola grande parte das plantações da região. Alguns estudos chegam a apontar cerca de 70% das fazendas da região cacauera como infectadas. Esta doença pode reduzir a produção em até 90% da sua capacidade. O combate a vassoura-de-bruxa é bastante oneroso, o que associando a situação atual dos cacauicultores origina sérios problemas, pois com a baixa cotação

de preços, e até mesmo o crescimento dos custos causados por fatores aqui já relatados, para o combate a esta doença torna necessária a ajuda das autoridades governamentais no sentido de estabelecer programas de pesquisa e principalmente de crédito à lavoura cacaueteira. A questão da vassoura-de-bruxa também nos leva a um outro ponto: o abandono das lavouras por seus donos, e sobretudo, o descrédito quanto ao futuro da lavoura cacaueteira na Bahia. A doença que por si só já seria um grande problema, adicionada a crise torna-se um fator de alto risco à sobrevivência da cacauicultura como atividade econômica, pois além de afetar financeiramente o produtor exerce sobre este um grande efeito desanimador já que o seu combate é extremamente difícil e persistente, provocando também, em parte, o abandono das fazendas de cacau.

Esta crise tem como uma das características fundamentais a acelerada e generalizada descapitalização do setor, ou um alto grau de iliquidez financeira, o que constitui-se em um dos maiores problemas da lavoura cacaueteira. Têm-se também, uma desvalorização venal das fazendas de cacau, um elevado grau de endividamento dos produtores e uma ociosidade da capacidade instalada na indústria de processamento. Assim esta crise firma-se por estabelecer o surgimento de um novo ciclo na cacauicultura, um ciclo de falência, decadência e comprometimento da viabilidade econômica dessa atividade.

Após relacionadas as causas e características da crise do cacau, pode-se perceber a extensão e gravidade desse processo. Existe um ciclo vicioso entre os fatores causadores dessa crise. O excesso de oferta no mercado faz com que se tenha um aumento considerável nos estoques do produto e provoca a queda de preços. Trazendo essa situação do mercado internacional para um contexto nacional, mais especificamente a região cacaueteira, pode-se verificar uma situação contrária quanto a oferta do produto, pois a produção regional está em queda o que somada a cotação baixa dos preços no mercado externo reflete diretamente na rentabilidade do produtor, já que cerca de 80% do que é produzido (amêndoas) é exportado. Com já foi relatado, a coincidência do preço baixo e produtividade baixa torna-se insuportável para o produtor, pois aumenta os custos e reduz a competitividade. E como se não bastasse aparece a vassoura-de-bruxa, diminuindo mais ainda a produtividade, tornando os custos ainda mais elevados, provocando portanto, perda de competitividade frente a outros países. Somando-se a todo esse processo a política de crédito adotada e as dificuldades para abertura deste à agricultura no ano de 1990, observa-se um agravamento no processo de descapitalização do setor contribuindo para o alto grau de inadimplência da dívida da lavoura cacaueteira o que,

por sua vez, tem reflexos imediatos nas taxas de juros (elevam-se as taxas de juros para concessão de novos empréstimos à lavoura, correspondendo a um aumento dos riscos), dificultando ainda mais o acesso ao crédito, justamente no momento que se tem uma maior necessidade de liquidez financeira.

Todos esses aspectos conjunturais, ou ainda toda essa coincidência perversa de instabilidade climática, política de estabilização desfavorável, doenças e pressões do mercado externo associados aos aspectos estruturais, como a gestão empresarial e da monocultura, faz dessa crise a pior já enfrentada pela lavoura cacaueteira na Bahia, expondo a fragilidade de toda uma economia baseada na monocultura. A saída para essa situação requer mudanças profundas, não só no seu aspecto conjuntural, mas também no seu aspecto estrutural, alterando a questão da gerência do cacauicultor e redefinindo uma nova base econômica para a região.

3 OS IMPACTOS DA CRISE SOBRE A ECONOMIA LOCAL

3.1 OS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

A Região Cacaueira é formada, hoje, por 92 municípios e possui cerca de 3 milhões de habitantes. Sua formação data do início deste século, quando houve a organização da sua base econômica, a monocultura do cacau, proporcionada pela abundância de terras e mão-de-obra baratas, atraindo e estimulando o seu crescimento.

Como já discutido no Capítulo 1, a lavoura cacaueira tem como uma das suas características principais a instabilidade, seja pela condição climática desfavorável, pelas pragas e doenças, pela dependência do mercado externo, ou até mesmo pelas condições políticas. Desde a sua afirmação econômica esta região passou por diversas crises.

Logo no início da sua formação a região sofre sua primeira crise, a crise comercial de 1929/30. A superação desta crise proporcionou uma mobilização de todas as classes produtoras em defesa da lavoura cacaueira.

No final da década de 30, surge uma outra crise. Instala-se no âmbito regional uma crise política-institucional com a perda de liderança regional. (DINIZ & DUARTE, citado por RAMOS, 1992, p. 60). Surge neste período o ICB (Instituto do Cacau da Bahia), em resposta as reivindicações das classes dominantes, e um marco importante para a superação da crise.

Na década de 50, a lavoura cacaueira enfrenta uma de suas piores crises, superada após a criação da CEPLAC, que surge primeiramente para solucionar o problema do financiamento da lavoura e depois como órgão de modernização e desenvolvimento agrícola.

A crise iniciada em 1987, objeto de estudo deste trabalho, é tida como a mais séria e grave de todas as já sofridas pela lavoura cacaueira. Traz com ela seus efeitos perversos, pondo em cheque a viabilidade dessa atividade econômica, mas traz também a possibilidade de mudanças estruturais profundas, fundamentais para a continuidade da lavoura cacaueira.

A Região Cacaueira já foi considerada como a mais importante do Estado da Bahia, assumindo também um papel importante a nível nacional, pois o cacau foi, durante muitos anos, um dos principais produtos agrícolas na pauta de exportação do país.

A importância desta lavoura pode ser avaliada através de sua participação, ao longo do tempo, nas exportações, produção agrícola e arrecadação de ICMS do Estado:

"Nas duas últimas décadas, a exportação de cacau e derivados foi importante fonte de divisa para o Brasil, e principalmente, para a Bahia. Em 1979, cerca de 70% do valor das exportações baianas correspondia a cacau, e em 1980 o produto contribuiu com 15% do ICMS arrecadado no Estado."(UESC citado por CAZORLA & MASCARENHAS, 1992, p. 54).

Apesar da crise, iniciada em 1987, em 1993 o cacau ocupava ainda uma importante participação, com cerca de 22,2% do total do valor bruto da produção agrícola do Estado.

O cacau representa ainda a mais importante fonte de renda para alguns destes 92 municípios que compõem a Região Cacaueira. Assim, a perda da lavoura cacaueira como atividade rentável apresenta sérias consequências para estes municípios, com a queda de suas receitas podendo provocar a falência de algumas prefeituras.

A instauração de mais uma crise para esta lavoura cria uma realidade diferente para a região, acostumada com a riqueza: a perda de sua importância para a economia do estado.

Para alguns, a Região Cacaueira enfrenta, hoje, uma trajetória semelhante a que outras lavouras de monocultura do país já viveram noutros tempos, representada por um processo de declínio e, por fim, o encerramento dessa atividade como meio de sustento de uma região.

"Ilhéus e Itabuna enfrentam um fenômeno bem conhecido nas lavouras de monocultura brasileiras. É o mesmo que, em outras épocas, quebrou os barões paulistas do café, no Vale do Paraíba, os barões da Borracha, em Manaus, e os senhores de engenho do Nordeste." (MOREIRA, 1995, p. 72).

A queda da participação do cacau nas exportações agrícolas, e consequentemente, na renda gerada por estas exportações, e principalmente, na participação de ICMS do Estado, demonstra claramente o quanto a crise afeta a economia da região e seus possíveis reflexos sobre a questão social e financeira regional.

3.1.1 A Participação do Cacau e Derivados na Arrecadação de ICMS do Estado

Analisando a participação do cacau e seus derivados na arrecadação de ICMS do Estado observa-se, ao longo do tempo, uma queda bastante expressiva dessa participação.

De acordo com a Tabela 1, o ano de 1977 foi o melhor em termos percentuais, atingindo 22,6% do total arrecadado pelo estado, sendo que considerado o aspecto financeiro destaca-se o ano de 1978, com um valor de R\$ 231.059.560 (duzentos e trinta e um milhões cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta reais). (MONTEIRO, 1994, p.3). Este pode ser considerado um dos melhores anos para a cacauicultura, devido a alta cotação de preços do cacau que ainda prevalecia no mercado internacional.

TABELA 1

ARRECAÇÃO DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS DA LAVOURA CACAUEIRA DO ESTADO DA BAHIA - 1975 A 1994

ANO	BAHIA R\$ (A)	CACAU E DERIVADOS R\$ (B)	A/B %
1975	651.295.059	78.155.407	12,00
1976	489.076.893	56.732.920	11,60
1977	945.740.331	213.737.313	22,60
1978	1.069.720.195	231.059.560	21,60
1979	1.069.556.737	208.563.562	19,50
1980	1.132.839.111	141.604.891	12,50
1981	1.096.270.220	100.856.861	9,20
1982	1.238.364.358	79.255.319	6,40
1983	1.250.430.129	128.794.304	10,30
1984	1.367.775.665	160.029.754	11,70
1985	1.491.462.747	156.603.588	10,50
1986	1.906.426.254	127.730.559	6,70
1987	1.537.587.483	166.520.723	10,83
1988	1.316.676.291	31.336.895	2,38
1989	1.519.753.307	39.969.514	2,63
1990	1.799.415.947	53.622.593	2,98
1991	1.504.417.000	60.628.005	4,03
1992	1.325.286.000	48.770.534	3,68
1993	1.555.369.000	33.595.970	2,16
1994	1.554.959.000	35.764.057	2,30

FONTE: ASPLAN - Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 1994.

Em 1993, verifica-se o mais baixo desempenho da cacauicultura, em termos de participação percentual, com uma participação de 2,16%, considerado o período 1975/94, coincidindo com um dos piores momentos da crise enfrentada pela lavoura.

Convém lembrar que o ICMS é a mais importantes fonte de receita para o Estado representando cerca de 90% do que é arrecadado de tributos. Do que é arrecadado de ICMS, o Estado fica com 75% e os restantes 25% distribuídos entre os municípios.

Para os municípios este imposto representa assim, uma parcela importante da receita e a queda na sua arrecadação contribui para a redução da renda regional, com reflexos no nível de emprego, poupança e consumo.

Por outro lado, a queda da participação do cacau e derivados no montante do ICMS contribui para a perda da importância da Região Cacaueira na economia do Estado.

3.1.2 A Participação do Cacau e Derivados nas Exportações Baianas

A exportação de cacau e derivados foi bastante atingida pela crise, sofrendo uma retração acentuada e uma diminuição da sua participação no total das exportações do Estado.

Ao longo dos anos, o cacau foi um produto de grande importância como fonte geradora de renda por sua exportação, mas essa importância vem decrescendo a partir da década de 80. Nesse período, o que se podia observar era a influência da queda dos preços:

"As receitas geradas pelas exportações de cacau e derivados no país decresceram durante os anos 80, passando de 3,5% do valor total das exportações brasileiras em 1980 para 1% em 1989 (...) Ocorreu principalmente devido a queda nas cotações externas (preços), pois em termos de quantidades exportadas observa-se um desempenho positivo." (HARTMAN, 1994, p.04).

Na década de 90, a exportação de cacau passa a ser prejudicada pela queda da produção, que associada com o baixo preço, ainda prevalecendo no mercado internacional, pode trazer sérias consequências para a cacauicultura na Bahia, além da perda de receita para o produtor e diminuição da arrecadação de impostos, consequentemente, caindo também a receita para o Estado (ICMS) e para o Governo Federal (Imposto de Exportação).

E se ainda não bastassem, a queda da produção e dos preços, as exportações também são atingidas pela política cambial do Brasil. Este último aspecto foge aos efeitos da crise que se estabeleceu no âmbito regional a partir de 1987, e por isso pouco será visto, sendo discutido apenas como forma de se identificar os efeitos advindos da crise e os que se processam fora dela, para se ter uma noção exata da influência desta sobre as exportações de cacau e seus derivados.

Torna-se necessário, também, uma referência a organização e natureza do mercado do cacau e sua contribuição à formação dos preços do produto.

De acordo com a natureza do mercado, os preços do cacau pouco depende do seu custo, depende muito mais da relação existente entre oferta e demanda ou, das forças do mercado. Este mercado organiza-se de forma oligopsonista, onde se tem

um número reduzido de compradores negociando com eficiência elevadas quantidades do produto. Este grupo de compradores de cacau, formado pelo conjunto de todas as empresas que consomem cacau no mundo, ao contrário dos países maiores produtores, pertencem a países de economia estável, o que possibilita maiores e melhores condições, a este grupo, na condução do mercado.

O preço pago ao produtor reflete o preço pago nesse mercado, sendo que o produtor exerce pouca ou nenhuma influência na formação dos preços. Assim, é importante uma organização, ou até mesmo um acordo, por parte dos países maiores produtores o que possibilitaria a estes um maior controle sobre a oferta do produto no mercado mundial, e quanto a demanda, uma política visando o aumento do consumo interno capaz de deslocá-la expandindo-a.

No que se refere as políticas cambiais adotadas pelo país a partir de 1986, com o Plano Cruzado, estas são semelhantes quanto aos efeitos sobre as exportação, com exceção da política cambial de 1994, que teve uma valorização da moeda nacional e consequências mais graves.

Pode-se observar, a partir de 1986 através das políticas cambiais, uma estagnação e até mesmo queda dos preços do cacau no mercado interno afetando não só as receitas dos produtores, mas também, a competitividade desses produtos no mercado internacional.

A política cambial implantada a partir do ano de 1994 traz outras medidas mais prejudiciais às exportações de cacau.

O Governo criou um compulsório de 15% nas Operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC), e ainda reduziu de 180 dias para 90 dias o prazo para a liquidação das cambiais. (ZUGAIB; 1994; p.10).

A criação do compulsório diminui o que é recebido pelos exportadores, desestimulando não só o uso desse tipo de contrato, como também as exportações. A utilização do ACC (Adiantamento sobre Contratos de Câmbio) traz vantagens para os exportadores, porém, com esse compulsório a utilização do mesmo torna-se quase inviável.

No que diz respeito aos reflexos advindos da crise podemos discutí-los observando a Tabela 2.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BAIANAS DE CACAU E DE DERIVADOS
1970 a 1995

ANOS	QUANTIDADE (T)	VALOR U\$ MIL FOB	PREÇO MÉDIO	PERCENTUAL NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES (%)
1970	147.016	102.939	700	62,3
1971	152.324	86.013	565	56,0
1972	145.192	93.441	644	50,1
1973	130.871	141.858	1.084	47,0
1974	186.787	323.922	1.734	58,5
1975	221.439	289.979	1.310	60,3
1976	181.432	321.836	1.774	60,3
1977	160.187	668.900	4.176	76,2
1978	200.893	730.189	3.635	72,7
1979	240.793	844.800	3.508	70,4
1980	211.814	602.177	2.843	55,4
1981	214.175	501.607	2.342	43,4
1982	216.568	398.538	1.840	34,9
1983	240.407	485.132	2.018	35,9
1984	217.420	571.245	2.627	30,9
1985	285.053	671.431	2.355	36,2
1986	232.753	525.749	2.259	43,8
1987	218.517	441.215	2.019	35,5
1988	202.823	360.582	1.778	28,1
1989	163.462	233.770	1.427	18,2
1990	211.979	284.058	1.340	19,7
1991	161.848	209.468	1.294	17,4
1992	156.288	185.824	1.189	13,4
1993	194.638	237.715	1.220	16,4
1994	176.656	277.029	1.570	15,7
*1995	35.698	57.662	1.620	7,1

FONTE: PROMOEXPORT-BA, 1995.

*Dados que correspondem ao primeiro semestre - jan/jun.

Como já foi dito no início deste capítulo, o cacau e derivados atingiram um percentual de 76,2% do total das exportações baianas no ano de 1977, sendo que nos anos de 1979/80 arrecadaram um total de mais de U\$ 1 bilhão em receitas cambiais para o Estado.

No ano de 1987, pode-se observar uma queda de 10,62% do preço médio do cacau, sendo que essa tendência de queda dos preços é observada também nos anos seguintes.

Quanto a participação desse setor no total das exportações do estado nota-se uma diminuição bastante acentuada. Em 1986, antes da crise, tinha-se uma participação percentual de 43,8% , e no ano seguinte (início da crise) uma participação de 35,5%, observando-se, a partir daí, uma participação cada vez menor, atingindo na

década de 90 percentuais bastante pequenos em comparação ao desempenho histórico do setor.

A média da participação desse setor no total de exportação do estado, no período de 1978/86 foi de 47,07%, e a partir de 1987 até o primeiro semestre de 1995, essa média caiu para 19,05%, sendo que num período de dezoito anos, o ano de 1978 registra a maior participação com 72,7%, e no ano de 1995 (primeiro semestre) atinge sua menor participação com 7,09% do total das exportações do estado.

Portanto, é clara a queda não só da receita, como também, das quantidades exportadas, sendo isto um reflexo da queda dos preços no mercado internacional e da queda da produção na região, fenômeno observado a partir da década de 90, como foi destacado anteriormente.

Ainda com relação aos reflexos da queda da produção sobre as exportações, existe uma previsão de que a safra 95/96 seja a menor dos últimos 20 anos, o que comparado ao aumento do consumo interno significa, portanto, uma diminuição dos excedentes exportáveis. Como já foi dito, 80% da produção regional era destinada ao mercado externo; hoje, este mercado absorverá cerca de 60 a 70% da produção local.

Segundo análise de Hartman (1995), as perspectivas para a lavoura cacaueteira, na Bahia, não são boas:

1. com disponibilidade de apenas 75 mil/t para exportação o Brasil poderá ser rebaixado para o grupo secundário de participação no mercado mundial de cacau;
2. se permanecer a combinação aumento do consumo interno/baixas safras, o Brasil poderá ser eliminado do cenário internacional de cacau;
3. as empresas exportadoras de cacau poderão se extinguir ou se transformarem em agentes compradores da indústria.

Ocorrendo o terceiro surgirão implicações para o mercado a nível do produtor, afetando sua receita e a competitividade das indústrias, o que garantiria preços à lavoura compatível com os do mercado internacional. (HARTMAN, 1995, p.04).

Comparando com a década de 70, o número de exportadoras de cacau foi reduzido em 52,63% no ano de 1995, correndo riscos de se aumentar este percentual, trazendo assim sérias e graves consequências às exportações de cacau, como a extinção desse mercado.

3.1.3 O Desemprego na Lavoura Cacaueira

Outro grave efeito dessa crise pode ser visto através do aumento do nível de desemprego do setor cacaueiro. Levando, também, em consideração outras razões para essa queda, como a recessão econômica, algumas fontes apontam um contingente de 250 mil desempregados, num total de 500 mil trabalhadores, equivalendo assim a 50% da força de trabalho da lavoura cacaueira. Esse número de desempregados, divulgado pela imprensa do Estado parece carecer de fontes estatísticas seguras.

Monteiro (1990), faz uma estimativa da mão-de-obra empregada nas áreas de cacaueiros safreiros, apontando uma média para o período de 1980 a 1989 de 163.018 mil homens, sendo que para o ano de 1990 tem-se uma estimativa média de 168.432 mil empregados.

Em 1993, foi estimado o emprego na cacauicultura com base nos coeficientes técnicos insumo/insumo (jornada/ha para cada prática agrícola, modernas ou tradicionais). Para o triênio 1979/81, época de expansão da atividade, estimou-se uma média de 175 mil trabalhadores. Para o triênio 1989/91, época de retração, a estimativa média foi de 113 mil trabalhadores, havendo um desemprego, portanto, de 62 mil trabalhadores. (ESTUDOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1994, p.63).

A divulgação, pela mídia, do número de desempregados no setor cacaueiro ficaria bem acima dos números revelados por alguns estudiosos, inclusive da estimativa da mão-de-obra empregada. Mas apesar disso, é consenso que a crise afeta muito o nível de emprego da região, trazendo consequências para a demanda e o nível de consumo, principalmente, se levarmos em consideração que os salários pagos neste setor ficam abaixo dos que são pagos em outras lavouras.

Além de afetar a demanda e o consumo da região, a redução da mão-de-obra na lavoura cacaueira diminui e impede, em muitos casos, a realização de algumas tarefas necessárias no cultivo do cacau. Isso intensifica a propagação e

disseminação de pragas e doenças, contribuindo ainda mais para a redução da produtividade, e conseqüentemente, da produção.

3.1.4 A Repercussão sobre a Questão Social

O cacau foi, durante muito tempo, o "carro-chefe" da economia regional, gerando empregos, rendas e toda uma infraestrutura necessária para o desenvolvimento e reprodução deste modelo agrário-exportador.

O atual momento de declínio e decadência dessa cultura traz reflexos não só a nível de economia, mas também, a nível social.

Os desdobramentos sociais dessa crise podem ser observados com a ampliação do nível de pobreza - estudos realizados apontam para um aumento no número de favelas nas principais cidades da região -, aumento da violência-urbana e do movimento de migração campo/cidade relacionados, principalmente, ao desemprego na lavoura cacauzeira, e finalmente a formação de novos conflitos pela posse da terra.

Com o alto nível de desemprego no setor agrícola, existe um movimento de migração do campo para a cidade, onde estes trabalhadores vão em busca de trabalhos e melhores condições de vida, mas pouco conseguem, afinal a crise atinge outros setores da economia nesta região, considerando, também, a situação atual vivida pelo país.

O aumento da população marginalizada na cidade conduz ao aumento da violência urbana, contribuindo assim para a diminuição do bem-estar das médias e grandes cidades.

Outro indicador, bastante importante, sobre a questão social diz respeito ao aparecimento de conflitos pela posse da terra, reativando o movimento de reforma agrária.

Alguns trabalhadores realizaram manifestações, apoiados pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT), reivindicando uma solução por parte do governo para a desapropriação de áreas para a reforma agrária. O MLT registrou a movimentação

de 2 mil famílias em manifestações realizadas nas principais cidades da região. (A TARDE, 06/06/95, p. 7)

3.2 OS ASPECTOS FINANCEIROS

3.2.1 O Problema do Crédito

A abordagem e discussão das condições e estrutura do crédito agrícola na Região cacauceira, principalmente no período que antecede a crise de 1987, é importante para a compreensão de parte do processo que culminou com o endividamento da cacauicultura no sul da Bahia.

Em linhas gerais, segundo a Lei n. 4.829/65, regulamentada pelo Decreto n. 58.380/66, que institucionalizou o crédito agrícola no país, este tem como objetivos incentivar a produção, proteger os médios e pequenos produtores rurais, e ainda, promover a modernização da agricultura.

Para se atingir estes objetivos é necessário a adoção das condições de Oportunidade, Adequação e Suficiência, que em suma, diz respeito a liberação dos recursos na época certa, empréstimos com juros e prazos adequados, e atendimento das reais necessidades do produtor quanto a sua demanda de crédito. (ESTUDOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA; 1994; p.87/88).

Na cacauicultura torna-se evidente, muitas vezes, a demora na liberação dos créditos, levando o produtor a utilizar seu capital de giro nas atividades que antecedem ao plantio do cacau, acarretando problemas de liquidez, e ainda, a utilização de uma linha de crédito incapaz de atender as suas necessidades financeiras de forma satisfatória, implicando na busca de outras fontes de financiamento, como complemento a essa linha de crédito, por parte do cacauicultor. (ESTUDOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1994, p.89).

A política de crédito farto e subsidiado na década de 60 até o início dos anos 80, baseada no modelo de modernização da agricultura, implantado em todo o país, começa a sofrer alterações a partir do ano de 1979. Passa-se a ter uma cobrança maior dos juros, e a partir de 1983 introduz-se a cobrança da correção monetária nos contratos, sendo que inicialmente era cobrado 85% da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), para finalmente em 1985 estes contratos passaram a ser integralmente corrigidos pela inflação com taxa de juros que variavam de 3% à 5% a.a..

Muito dos problemas enfrentados pela lavoura cacaueteira com relação ao crédito agrícola são os mesmos que outras lavouras no país estão habituadas a enfrentar. Com a extinção da política de crédito, no governo Collor na década de 90, sem uma respectiva substituição por outra política a agricultura no Brasil passa por certas dificuldades.

A política de cobrança de juros positivos no ano de 1985, as condições do crédito na Região Cacaueteira no período que antecede a crise do setor, e a política de crédito ou a ausência dela na década de 90, associadas a crise da produção do cacaueteira explicam o processo de endividamento e inadimplência dos produtores, processo este que será detalhado no item 2.2.3 deste capítulo.

3.2.2 O Comportamento do Financiamento à Lavoura Cacaueteira

A lavoura cacaueteira estava acostumada a ter uma participação significativa nos recursos creditícios destinados à lavoura do Estado. A crise da atividade cacaueteira com desdobramento sobre a questão financeira inicia um processo de endividamento e descapitalização do produtor, o que parece ser o grande responsável pela queda dessa participação.

Em 1989, o cacaueteira era responsável por 5,3% dos recursos creditícios destinados às lavouras do Estado, em 1991 essa relação cai para 1,8%. (A TARDE, 03/02/94, p.5).

De acordo com a Tabela 3, observamos que num período de 1977a 1980, os crédito destinados a custeio e investimentos, foram 35 vezes maiores que o alcançado no período de 89/92, e o número contratos para custeio representou apenas 12% do número de contratos daquele período. O número de contratos para investimentos atinge um percentual insignificante 0,95%, em relação ao número de contratos do período de 77/80. (ESTUDOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1994, p. 89).

TABELA 3

MÉDIAS QUADRIANUAIS DE VALORES DE CRÉDITO RURAL CONTRATADOS PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO NA CACAUCULTURA BAIANA - 1977/80 a 1989/92

Quadri- ênios	Custeio		Investimento		Total	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
1977/80	5.208	72.825.88 ⁴	2.409	48.861.27 ¹	7.617	121.687.15 ⁵
1981/84	7.065	80.000.13 ⁸	1.179	9.348.546	8.244	89.420.684
1985/88	6.386	46.776.47 ²	483	7.442.396	6.859	54.218.868
1989/92	612	3.428.278	23	60.283	618	3.448.962

Fonte: CEPLAC, 1992.

Os valores destinados para os contratos de investimentos foram os mais atingidos devido as poucas alternativas que os produtores têm com as linhas de créditos disponíveis para a cacauicultura, se essas são inadequadas para o custeio, são mais ainda para o investimento com condições de prazos e pagamentos irrealis, levando em consideração, também, o acirramento da crise.

Como reflexo da crise, houve um processo de descapitalização do produtor e o abandono deste com relação as práticas agrícolas, dos cuidados no combate as doenças, no tratamento das terras e, sobretudo, na aplicação de recursos em investimentos e tecnologia. O resultado dessa atitude foi, segundo Monteiro (1994):

- Combate as pragas de 55% em 1985 para 5% em 1992;
- Controle de podridão parda de 21% em 1985 para 5% em 1992;
- Adubação de 32% em 1985 para 3% em 1992.

Sem dúvida nenhuma todo esse processo reflete na produção e na produtividade do setor cacauero, e também no nível de emprego e seus desdobramento sobre a questão social.

No ano de 1995 a Medida Provisória nº 1078, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no final de julho, concede um financiamento de US\$ 340 milhões, em quatro anos para o combate a vasoura-de-bruxa e recuperação da lavoura cacauera. Espera-se uma liberação de recursos no valor de R\$ 60 milhões para o

mês de outubro, repassados pelo Banco do Brasil. Os pequenos produtores terão uma taxa de juros de 4% a.a. mais a TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo), e os médios e grandes produtores de 6% a.a. mais TJLP.

3.2.3 O Endividamento da Cacaucultura

A crise estabelecida em 1987, tendo como um dos seus elementos a queda do preço do cacau por muito tempo, tornou-se um dos principais fatores responsáveis pelo endividamento do cacauicultor.

Segundo Hartman (1994), o cacauicultor só dispõe na prática atual de uma única linha de crédito: o financiamento de custeio pelo Banco do Brasil. Essa linha de crédito não atendia completamente às necessidades do cacauicultor, devido a irrealidade dos prazos e condições de pagamento. Isso forçava o produtor a buscar complementação para este crédito.

Na data atual do "penhor" os produtores recorriam a firmas compradoras para obter empréstimos de curto prazo para efetuar o pagamento junto aos bancos, e imediatamente, contratavam uma nova operação de empréstimos nos bancos, fazendo assim a "rolagem" da dívida com a ajuda destas firmas. Todo esse esquema, durante algum tempo, trazia benefícios ao produtor, pois estes tinham um custo financeiro baixo devido a taxa de juros ser menor do que a inflação, e contavam também com uma alta na cotação dos preços do cacau. Com a chegada da crise no setor cacauceiro e o processo inflacionário vivido pelo país, estes custos tornam-se maiores acarretando ao produtor um acréscimo desta dívida, impossibilitando-o de fazer a "rolagem", e conseqüentemente, levando a inadimplência. (HARTMAN, 1994, p.4).

Acrescenta-se a estes fatores, como causa do endividamento da cacaucultura, a interrupção do fluxo de crédito rural no período de 89/92, alteração no prazo do ACC (Adiantamento sobre Contratos de Câmbio), resultando num aperto de liquidez financeira para a maioria das exportadoras levando-as à concordata, o que trouxe sérias conseqüências para a cacaucultura. (ESTUDOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1994, p. 93).

Existe hoje uma grande controvérsia a respeito da dívida da cacaucultura, estimada por alguns em US\$ 150 milhões, sendo que US\$ 70 milhões apenas no Banco do

Brasil e o restante nos outros Bancos oficiais e privados. Para outros a dívida é estimada em US\$ 70 milhões, no Banco do Brasil e nos outros bancos oficiais e privados corresponderiam a 2% do total da dívida com o Banco do Brasil.

A dívida com o Banco do Brasil é estimada de forma equivalente em todas as fontes de pesquisa, existindo controvérsia por conta da dívida com os outros bancos oficiais e privados. De qualquer forma todos concordam que a maior parte dessa dívida já foi renegociada, sendo que a minoria não teve condições de efetuar o pagamento na forma estabelecida para a repactuação. Talvez este quadro possibilite a cacauicultura a abertura de novos créditos amenizando uma das piores características desta crise, a iliquidez financeira.

3.3 OUTROS EFEITOS

Além dos efeitos já discutidos, pode-se destacar ainda, os desmatamentos ocorridos na região - uma busca de alternativa por parte do produtor como complemento de receita, do que resulta um crescente aumento de serrarias; a desestruturação de órgãos ligados a cacauicultura, entre eles as cooperativas, a CEPLAC e o ICB; e finalmente, os efeitos tidos como positivos que podem ser relacionados da seguinte forma, segundo Baiardi (1993):

- preocupação de alguns produtores de melhoria do desempenho dos cacauais;
- mudança na gestão dos estabelecimentos com alterações, inclusive, do modelo de acumulação e organização do trabalho.

Pode-se destacar o aprendizado que essa crise possivelmente trará, despertando os produtores para a realidade do mercado mundial do cacau que passou a ser mais competitivo com incremento de tecnologias e melhoramento da produtividade, e possibilitando também a observação dos efeitos danosos da dependência dessa região com relação ao monocultura do cacau, que não desenvolveu outra atividade econômica importante capaz de diminuir o impactos das crises que esta cultura está frequentemente sujeita, como demonstra o contexto histórico, impossibilitando-a de um desenvolvimento contínuo e duradouro.

4 O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA REGIONAL ATRAVÉS DA REDEFINIÇÃO DA BASE ECONÔMICA

4.1 O MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR

O modelo primário-exportador foi o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelas chamadas economias periféricas, que têm como marca e característica principais a dependência econômica e o direcionamento das atividades econômicas para o mercado externo. Esta característica está intimamente ligada e influenciada pelo funcionamento da economia sob as condições estabelecidas pelo Colonialismo e Mercantilismo.

Tavares (1977), ressalta a contribuição do setor externo no processo de urbanização e o conseqüente estabelecimento das indústrias de bens de consumo interno, tais como as de tecido, vestuário, calçado, entre outras, que apesar de consideradas como de baixa produtividade, vão juntamente com o setor externo, tornar-se responsável pelo crescimento das atividades interna, porém, de forma insuficiente e incapaz de promover um crescimento sustentado a essas economias.

Todo esse processo reflete a dependência dessas economias em relação ao setor externo e, conseqüentemente, a capacidade das mesmas de incorporarem as crises e dificuldades vividas pelas chamadas economias centrais, e isso contribui em parte, para o esgotamento deste modelo, o que será discutido mais detalhadamente no decorrer deste item.

Citando ainda Tavares (1977), esta define as características do modelo exemplificando-as através das chamadas economias periféricas e centrais. Define, também, as variáveis básicas e suas funções em cada uma dessas economias. Nas economias primário-exportadoras a variável exógena (exportação) é responsável pela geração de grande parte da Renda Nacional e seu crescimento, e a variável endógena (importação) pelo abastecimento e suprimento do mercado interno. Até aí em nada se diferem das chamadas economias centrais, apenas quando se compara essas duas economias, e se determina o papel do setor externo em cada uma delas, torna-se claro a característica principal deste modelo. Analisando primeiramente as economias centrais, observa-se além da variável exógena outras variáveis endógenas, o investimento e as inovações tecnológicas, que associadas àquela tornam-se, também responsáveis pelo crescimento e dinâmica dessa economia. A inserção, no contexto, dessa variável endógena é que difere essas economias das

chamadas periféricas, a qual apenas o setor externo (e mais tarde as indústrias de bens de consumo) assumem, exclusivamente, a responsabilidade sobre o crescimento e desempenho econômico.

Por estar mais voltada ao mercado externo, neste modelo não se criam as condições necessárias para o desenvolvimento do mercado interno, prejudicando, principalmente, a população de baixa renda, a maioria que não pode usufruir, como a população mais abastada, dos bens de consumo importados. Toda essa grande maioria é direcionada para a prática da agricultura de subsistência, que de certa forma torna-se precária e insuficiente para abastecê-la.

O não desenvolvimento do mercado interno permite observar claramente uma distinção entre o que é exportado e o que é consumido neste mercado, este fato decorre, como ressalta Tavares (1977), da própria divisão internacional do trabalho estabelecida pelas economias centrais, que passam a moldar a divisão do trabalho social nas economias periféricas de forma distinta, como mostra o processo acima, já que nas economias centrais não há uma diferença entre o que é consumido pelo mercado interno e o que é exportado.

Observa-se a partir daí as condições determinantes, criadas pelo modelo, da concentração e má distribuição da renda, que associadas a incapacidade de se manter suprida a demanda interna, tornam-se o fator principal do esgotamento do modelo.

No caso brasileiro este modelo de desenvolvimento foi adotado desde a época da sua formação, o Colonialismo, começando a demonstrar sinais de enfraquecimento a partir do final da década de 20 e início da década de 30, com a crise de depressão vivida no mundo todo. Desenvolveu-se de forma semelhante aos outros países da América Latina, havia uma importância muito grande do setor externo na formação da renda nacional e também como veículo de crescimento para a economia, expondo-a a um grau elevado de dependência.

Não existia uma diversificação das culturas. Existia sim, em um dado momento, uma conjuntura favorável a um certo produto estabelecendo os mecanismos necessários ao seu desenvolvimento, por um curto ou longo período de tempo.

Todo esse processo pode ser exemplificado através dos ciclos vividos pela economia brasileira. Primeiramente estabelece-se o ciclo do pau-brasil seguido pelo

ciclo do gado, sendo estas culturas tidas como complementares aos ciclos principais. Os ciclos que mais marcaram as atividades econômicas, em termos de incremento e impulso, foram os ciclos do açúcar, do ouro e do café, e por isso são chamados de ciclos principais. Pode-se ainda, identificar os ciclos menores do algodão, da borracha e do cacau (este mais específico ao sul da Bahia), que também possuíam uma significativa importância para a economia do país. A maioria destes ciclos tiveram uma fase de surgimento, auge e declínio.

havia sempre um produto em destaque, às vezes estabelecendo uma relação de complementariedade, mas na maioria das vezes estes ciclos eram marcados pelo declínio de um produto e surgimento de um outro.

Esta fase de declínio vivida pelos ciclos eram marcadas pelas oscilações do mercado internacional com relação ao produto, seja pelo desequilíbrio da demanda ou pela queda dos preços, expondo a dependência daqueles produtos em relação a este mercado e, conseqüentemente, da economia do país.

Com relação ao desenvolvimento das classes sociais, este modelo cria as condições necessárias para a formação de uma classe dominante, e outra dominada. A partir dos grandes latifúndios forma-se a classe da aristocracia agrário-exportadora, a qual detém o poder político e econômico. A classe dominada, formada pela grande maioria de pobres, fica à margem tanto do processo político quanto do processo econômico.

Portanto, este modelo promove a exclusão de grande parte da população, impedida de participar dos benefícios trazidos por estes dois processos - o político e o econômico, caracterizando-se, também, como concentrador de renda.

Como já foi discutido, este modelo começa o seu processo de esgotamento a partir do período 1929/30, com a grande crise de depressão mundial pressionando para a criação de novas fontes de riquezas. Estabelece-se a partir daí um movimento de industrialização no país, em resposta a crise do mercado mundial, afinal este era responsável pelo abastecimento do mercado interno, e a partir daquele momento este abastecimento tornara-se ameaçado.

4.2 AS RELAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS SOB A ÓTICA DO MODELO: O CASO DA REGIÃO CACAUEIRA.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, no início da sua formação, parece se reproduzir também a nível regional.

Verificando a formação e organização econômica da Região Cacaueira observa-se a construção de uma economia voltada para o mercado externo, baseada na monocultura.

A utilização dos recursos disponíveis na Região cacaueira para fins agrícola, é determinada pela tendência ao desenvolvimento do setor primário que existe nas economias tidas como periféricas, e determinante da divisão social do trabalho e da formação das classes sociais nesta região. Possibilitando também as condições favoráveis para o surgimento de um produto, o cacau, atraindo capital e mão-de-obra. Assim o cacau passa a ser o centro dinâmico da economia, responsável por grande parte da renda gerada na região e o seu crescimento.

As relações sociais e econômicas desenvolvidas nesta região assemelham-se às relações sócio-econômicas estabelecidas no país. A instalação do modelo de monocultura do cacau tem seu sustento na formação dos grandes latifúndios, concentrando as terras e a renda na mão de poucos. Cria-se assim as condições para o surgimento de uma classe dominante e toda uma infraestrutura de construção e manutenção dessa base econômica.

A concentração de renda e formação dos latifúndios é própria das características do modelo agrário-exportador e isso não poderia deixar de refletir nas relações sócio-econômicas da Região Cacaueira, que a partir do momento em que promove e estabelece a monocultura como sua base econômica, assume e desenvolve estas relações.

A reprodução deste modelo no âmbito regional põe a mesma num processo de interação não só a nível nacional, mas também a nível mundial através do comércio do cacau.

O processo de acumulação da região é possibilitado pelo comércio exportador do cacau. O setor exportador é de grande importância para a economia da região, assim

como foi para o Brasil. Esse fato expõe a Região Cacaueira a períodos de crise assemelhando-se aos ciclos vividos pela economia brasileira.

Toda a história da cacauicultura baiana é marcada por períodos de crise e depressão, característica inerente do modelo exportador. Todo esse processo pode ser explicado pela dependência ao mercado externo, pois qualquer oscilação de preço e alteração da demanda desfavoráveis causam os desequilíbrios internos provocando estes períodos de crise e depressão com reflexos sobre a renda regional. Isto explica, em parte, o fato de não existir um desenvolvimento auto-sustentado na Região Cacaueira.

A grande depressão mundial do período de 1929/30, que fez surgir os primeiros sinais de esgotamento deste modelo agrário-exportador para o país, trouxe consequências também, a nível regional. Este processo de esgotamento do modelo atinge seu auge com a Segunda Guerra Mundial, a partir de quando o país passa a desenvolver um novo padrão de acumulação.

Para a Região Cacaueira este período marca uma tentativa de diversificação econômica, com o desenvolvimento de outras atividades agrícolas e expansão da pecuária. Mas todo este processo parece não ter sido suficiente para diminuir a dependência dessa região à monocultura do cacau e, conseqüentemente, do setor externo. É o que nos mostra a crise estabelecida a partir da década de 80.

4.3 ALTERNATIVA PARA A MONOCULTURA DO CACAU

Apesar de ter iniciado este processo de diversificação nas suas atividades interna, a economia da Região Cacaueira manteve a sua característica principal, que é a dependência à monocultura do cacau e, portanto manteve também, a vulnerabilidade da região ao mercado externo.

A partir da crise dos anos 80, o modelo agrário-exportador parece dar os primeiros sinais da sua incapacidade de se reproduzir da forma tradicional, nessa região. (BAIARDI, 1993, p.57).

As principais causas para este desfecho parece estar ligada aos próprios mecanismos do modelo agrário-exportador. Além de propiciar à região momentos de crise e grande depressão, pouco do excedente gerado parece ter permanecido na região. Isso ocorre pois, a maioria dos grandes produtores não só investiam seus capitais em outros Estados, como também residiam em outros locais, fora do eixo principal da região, gerando assim, insuficiência de poupança interna e pouca produção local de bens e serviços. (BAHIA-SEPLANTEC, 1992, p.19).

Além dessa carência de bens e serviços, existe também uma limitação na produção local de bens finais.

"A oferta de determinados bens e serviços condicionada diretamente à presença de poder aquisitivo capaz de garantir um mercado consumidor e o desenvolvimento deste último, esbarra no alto nível de concentração de renda existente na região. Desta forma, qualquer saída deste ciclo vicioso implica não somente na necessidade de capitalização da região, mas também no incentivo ao movimento do capital, ou seja, incentivo à atividades de transformação, comercialização e serviços, visando agregar valor às matérias-primas regionais e melhorar o poder aquisitivo da população através da geração de empregos." (BAHIA-SEPLANTEC, 1992, p.25).

A alternativa para a monocultura direciona a economia para a diversificação econômica, que pode vir a promover o desenvolvimento auto-sustentado dessa região, tornando-a menos dependente do cacau e, portanto, menos vulnerável as oscilações do mercado externo. Deixando claro que não se defende a extinção da cacauicultura, não só devido a sua capacidade instalada, como também da existência da chamada "civilização do cacau".

Alguns municípios da região já mudaram o perfil de suas economias, com a introdução de outras lavouras e da pecuária.

Com relação as lavouras, além da cacaueteira, existem na região o cultivo da laranja, do côco, do limão, do café, da banana e da tangerina. Com exceção da tangerina, que corresponde a 67% da produção estadual, as outras lavouras, complementares ao cacau, detêm uma participação ainda irrelevante comparadas ao total do estado, mesmo após o incremento observado a partir da década de 70.

Com relação a pecuária desde a implantação, na década de 80, das indústrias Nestlé, Leite Glória e da Coograp esta tem registrado uma forte impulsão. Observa-se, porém, um desenvolvimento dessa atividade, principalmente, nos municípios a oeste da região. (BAHIA-SEPLANTEC, 1992, p.21).

Instalada em uma das principais cidades da região, Itabuna, a Nestlé e a Coograp ajudam no processo de diversificação da região e, conseqüentemente, na diminuição da dependência da mesma em relação ao cacau. A Nestlé contribui, hoje, com 50% do que é arrecado de ICMS no município de Itabuna.

Segundo pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia, em 1988, a Nestlé operava com 46,40% de capacidade ociosa, na produção de leite em pó, a qual poderia ser reduzida ou eliminada, desde que as condições de mercado a justificasse. (BAHIA-SEPLANTEC, 1992, p.21).

Em Ilhéus, outra importante cidade da região, apesar de grande parte da indústria instalada estar direcionada à atividades ligadas diretamente ao cacau, existe também uma especialização deste município em indústrias ligadas a alimentação. Existe ainda, nesta cidade, um grande potencial turístico (Tabela 1), ocupando o terceiro lugar na atração de turistas e divisas para o Estado. O potencial turístico alcança também outros municípios da região, como Itacaré, Una e Canavieiras. (BAHIA-SEPLANTEC, 1992, p.26).

TABELA I

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DO TURISMO EM ILHÉUS 1987-1991

Indicadores	1987	1988	1989	1990	1991	%
Hoteis	12	14	15	20	20	66.7
Pousadas	9	12	18	28	37	311.1
Total rede hotel.	21	26	33	48	57	171.4
Leitos (unid.)	950	1.196	2.277	3.569	4.953	421.4
Ag. Turism. (unid.)	2	2	4	5	9	350.0
Loc. Autom. (unid.)	2	2	4	5	8	300.0

Fonte: Ilhéustur, 1991.

Além do desenvolvimento dessas atividades econômicas, existe a possibilidade e viabilidade, dados os recursos naturais da região, de se introduzir e desenvolver outras culturas, tais como o mamão, o mangostão, a pupunha e a piscicultura, alguns já em fase de desenvolvimento em alguns municípios.

Existe também uma proposta de desenvolvimento de um Pólo oleoquímico do dendê e a implantação, pela Petrobrás, de um poliduto interligando a refinaria de Madre de Deus ao sul da Bahia, com terminais em Jequié e Itabuna, gerando empregos e atraindo mais investimentos.

Recentemente o Governo do Estado estendeu incentivos, através do ICMS, para o desenvolvimento de um Pólo de Informática, em Ilhéus, incentivando a produção de hardware e de software. Dessa medida, já decorreu a localização da Bahiatec, em fase de implantação.

A maioria dessas atividades requer um planejamento de médio e longo prazos, e se não pode ser encarado como uma solução, a curto prazo, para o processo vivido atualmente pela região cacauceira, a longo prazo, pode significar, certamente, a condição necessária para um desenvolvimento regional auto-sustentado.

4.4 A AGROINDÚSTRIA DO CACAU

Seguindo ainda a proposta de promover à Região Cacaueira um desenvolvimento auto-sustentado, condição importante para o desenvolvimento econômico segundo Menezes (1993), a verticalização da cacauicultura ou o desenvolvimento da agroindustrialização do cacau, juntamente com a diversificação agro-pecuária diminuiria a dependência da região à lavoura cacaueira, tornando-se também a agroindústria um fator de estabilidade.

O aproveitamento dos resíduos e subprodutos do cacau proporcionaria também, um incremento na receita dos produtores.

Podem ser identificados como resíduos as cascas frescas e as cascas do grão seco. Quanto a utilização dos mesmos, eles podem ser empregados na alimentação animal, na forma natural ou na forma de farinha (casca seca), e na alimentação de peixes.

Os subprodutos do cacau podem ser identificados como polpa e mel de cacau. Quanto a sua utilização podem ser empregados na produção de doces, geléias entre outros, no que diz respeito ao mel, e na produção de doces, sorvetes, sucos, no que diz respeito à polpa.

O desenvolvimento da agroindústria parece ter uma relação indireta com o nível de preços do cacau, pois esta foi inibida na década de 70, quando havia um alta dos preços e já detinha as condições para realizar este beneficiamento. Com as sucessivas quedas no preço do cacau, observa-se, mesmo que pequeno, um número de produtores fazendo o aproveitamento total do fruto. (BAHIA-SEPLANTEC, 1992, p.31).

A plena utilização desses recursos só é possível com uma alteração da base produtiva, visando uma diversificação das atividades da fazenda (MENEZES, 1993, p.205), e para que isso ocorra é necessário, também, uma mudança de comportamento por parte do produtor, que deverá passar a encarar a sua propriedade como uma empresa, o que nos reporta à discussão sobre as questões de gestão empresarial e organização do trabalho nas propriedades cacaueiras.

5 CONCLUSÃO

A partir do relato da história da cacauicultura baiana, verifica-se períodos de crise e depressão na economia da região. São os chamados ciclos da economia cacauceira, com fases de grande ascensão do produto para logo em seguida entrar numa fase de declínio e decadência.

Em todas essas fases de depressão a sociedade regional organizava-se conseguindo reunir os mecanismos necessários à superação da crise. Porém, estes mecanismos não parecem ter conseguido, gerar na sua totalidade, mudanças estruturais profundas capazes de, realmente, promover a superação definitiva, por parte da cacauicultura, da sua característica essencial de vulnerabilidade.

Em 1987, inicia-se neste setor uma nova crise, porém velhos são alguns de seus elementos causadores. Elementos estes ligados diretamente a condição de economia monocultora, que por sua vez, é condicionada pelo modelo de desenvolvimento adotado pela Região Cacaueira: o modelo agrário-exportador.

A inserção, neste processo, dos novos elementos, principalmente, o surgimento da vassoura-de-bruxa, possibilita o prolongamento e agravamento da crise, fazendo desta a mais séria e grave da história da cacauicultura na Bahia, comprometendo até mesmo o futuro dessa lavoura, pois põe em cheque a viabilidade desta como atividade econômica.

A demonstração dos efeitos dessa crise, através da análise e comparação do comportamento do nível de emprego, renda, arrecadação de impostos, exportação, entre outros, indicam uma perda significativa da importância da economia da Região Cacaueira para a economia do Estado.

Este fato pode ser demonstrado através da queda da participação do cacau e derivados na arrecadação do ICMS, e nas exportações (observando conseqüentemente a queda do Imposto de Exportação, receita gerada para o Governo Federal) do Estado, diminuindo a renda gerada para a região e, conseqüentemente, para o Estado.

Assim, dados os efeitos financeiros, econômicos e sociais dessa crise, observa-se na região, acostumada com a riqueza e opulência em outros tempos, a miséria e a pobreza.

Isto reflete que, apesar de se ter criado toda uma infraestrutura para o desenvolvimento do modelo agrário-exportador, através da monocultura do cacau, este parece ter finalmente chegado ao fim, pois já não parece capaz de reproduzir as condições necessárias para a sua continuidade, possibilitando assim, o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação para a região, capaz de promover um desenvolvimento auto-sustentado e contínuo, o que a monocultura do cacau durante quase dois séculos de existência não foi capaz de realizar.

Assim, a alternativa para viabilizar o desenvolvimento econômico da região estar na diversificação econômica, com o desenvolvimento de novas culturas, da agroindústria, do incentivo da indústria de alta tecnologia (Bahiatec), e o turismo. Neste processo é importante a participação do Estado na condição de orientador e organizador, planejando e desenvolvendo condições favoráveis não só para a criação, mas também, na atração de novos investimentos.

ESTUDOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA. Documento de Trabalho. Itabuna (Ba): CEPLAC, n. 26, p. 17-210, set/94.

FERNANDES, Marco Antônio Linhares. A evolução do Mercado de cacau. A TARDE, Salvador, 22-12-94, p.5.

FERREIRA, I. S.; **DIAS,** Iêda L. Aspectos da Industrialização do suco da polpa do cacau (mel de cacau) - Produção de geléia de cacau. Itabuna(Ba): CEPLAC, 1979.

FREIRE, E. S. *et al.* Aproveitamento de resíduos e subprodutos da pós-colheita de cacau. Ilhéus Ba): CEPLAC/CEPEC, 1990.

GRAMACHO, I. DA C. P. *et al.* Cultivo e beneficiamento do cacau na Bahia. Ilhéus (Ba): CEPLAC, 1992.

HARTMANN, Thomas. Repactuação da Dívida da Lavoura. A TARDE, Salvador, 27/01/94, p. 4.

_____ O porquê dos juros altos. A TARDE, Salvador, 03/01/94, p. 4.

_____ Crise do Cacau. A TARDE, Salvador, 06-13/10/94, p. 4.

_____ Qualidade do cacau - natureza ou negligência?. A TARDE, Salvador, 19-26/05/94 e 02/06/94, p. 4.

_____ Teias de aranha mentais. A TARDE, Salvador, 09-16-23/02/95 e 02-09-16/03/95, p. 4.

_____ O salário mínimo e o cacau. A TARDE, Salvador, 21-28/07/94 e 04/08/94, p. 4.

_____ Financiamento à lavoura cacauífera. A TARDE, Salvador, 24/11/94 e 01-08/12/94, p. 4.

_____ Subsídios à lavoura cacauífera. A TARDE, Salvador, 06-13-20/01/94, p. 4.

Repactuação da Dívida da Lavoura. A TARDE, Salvador, 27-01-94, p. 4.

Capitalismo Selvagem, ou Livre Mercado?. A TARDE, Salvador, 10-02-94, p. 4.

Workshop sobre Vassoura-de-Bruxa (2). A TARDE, Salvador, 12-05-94, p. 4.

É duradoura a alta do cacau?. A TARDE, Salvador, 16-06-94, p. 4.

Como é formado o preço pago ao produtor. A TARDE, Salvador, 30-06-94, p. 4.

Carta aberta ao Governador da Bahia. A TARDE, Salvador, 07-07-94, p. 4.

Mais um golpe ao cacau!. A TARDE, Salvador, 14-07-94, p. 4.

As perspectivas da isenção do ICMS. A TARDE, Salvador, 25-08-94, p. 4.

Previsão e realidade (2). A TARDE, Salvador, 20-10-94, p. 4.

Cooperação ou conflito?. A TARDE, Salvador, 02-02-94, p. 4.

Quem explora Quem?. A TARDE, Salvador, 18-05-95, p. 4.

Os Efeitos da Queda de Produção. A TARDE, Salvador, 08-06-95, p. 4.

Fundação CEPLAC. A TARDE, Salvador, 31-03-94, p. 4.

LAVIGNE, Gastão. Mangostão, sábia opção para a região do cacau. A TARDE, Salvador, 10-02-94, p. 3.

É preciso salvar a cacauicultura. A TARDE, Salvador, 17-02-94, p.5.

MENEZES, José Alexandre de Souza; CARMO NETO, Dionísio. A modernização do agrusiness cacau. São Paulo, Fundação Cargill, 1983.

MONTEIRO, Augusto. Avaliação da Arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e serviços da Lavoura Cacaueira: 1975-1993. Itabuna (Ba): 1993.

PECUARISTA prevê mudanças radicais com o fim do cacau. A TARDE, Salvador, 06/06/95, p.7.

PEIXINHO, Paulo. Cacau uma Economia em crise há oito anos. A TARDE, Salvador, 19/01/95, p. 3.

REGIÃO do cacau agora é capital da miséria no sul. A TARDE, Salvador, 06/06/95, p.7.

SGRILLO, Ricardo B. Perspectiva para a cacauicultura. A TARDE, Salvador, 24-03-94, p.8.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição das Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, 7 ed., 1977.

VIEIRA, José Haroldo Castro. Um PDE para o cacau. A TARDE, Salvador, 21-04-94, p.5.

VÁRIAS plantas substituem plantio de cacau em Ubatã. A TARDE, Salvador, 28-04-94, p.3.

ZUGAIB, Antônio César Costa. O Crédito rural e o VBC para cacau. A TARDE, Salvador, 10-03-94, p.8.

Acordo Internacional do cacau. A TARDE, Salvador, 21-07-94, p.5.

Exportação de cacau prejudicada pela política
cambial do Brasil. A TARDE, Salvador, 08-12-94, p.10.